

INTERPRETAÇÕES GEOGRÁFICAS A PARTIR DOS TRÓPICOS EM *CASA GRANDE & SENZALA* (1934) DE GILBERTO FREYRE

GEOGRAPHICAL INTERPRETATIONS FROM THE TROPICS IN *CASA GRANDE & SENZALA* (1934) BY GILBERTO FREYRE

INTERPRETACIONES GEOGRÁFICAS DE LOS TRÓPICOS EN *CASA GRANDE & SENZALA* (1934) POR GILBERTO FREYRE

Diogo Marçal Cirqueira¹ <http://orcid.org/0000-0002-5122-7147>

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar as leituras e abordagens acerca do “meio tropical” em relação com as ideias de raça e nação, presentes na obra *Casa Grande & Senzala* (1933), de Gilberto Freyre. Por toda sua trajetória, e em grande parte de seus livros, Freyre abordou e operacionalizou a ideia de meio tropical ao buscar compreender tanto sua influência nas organizações sociais quanto os processos de apropriação, integração e usos do meio tropical. Essa tentativa de compreender a natureza e o clima tropical e seus efeitos na formação social brasileira, fez com que o autor produzisse análises e discursos geográficos. Nesse sentido, a abordagem sobre o meio tropical se estabelece como condutor conceitual de outras categorias e discussões, como raça e nação.

Palavras-chave: Meio tropical. Discurso geográfico. Nação. Gilberto Freyre.

ABSTRACT

This article aim is to analyze the interpretations and approaches about the “tropical environment” in relation to the ideas of race and nation, present in Gilberto Freyre's *Casa Grande & Senzala* (1933). Throughout his career and in his books, Freyre approached and operationalized the idea of tropical environment by seeking both, to understand its influence on societal organizations, as well as the processes of appropriation, integration and uses of the tropical environment. This attempt to understand the nature and tropical climate and its effects on Brazilian social formation, caused the author to produce analyses and geographical discourses. In this sense, the approach to the tropical environment is established as a conceptual conductor of other categories and discussions, such race and nation.

Keywords: Tropical environment. Geographic discourse. Nation. Gilberto Freyre.

¹ Doutor em Geografia (UFF) e Professor no Instituto de Educação de Angra dos Reis (IEAR-UFF). E-mail: diogomc@id.uff.br

RESUMEN

El objetivo de este artículo es analizar las lecturas y enfoques sobre el “ambiente tropical” en relación con las ideas de raza y nación, presentes en *Casa Grande & Senzala* (1933) de Gilberto Freyre. A lo largo de su carrera y en gran parte de sus libros, Freyre abordó y puso en práctica la idea de un medio ambiente tropical buscando, tanto comprender su influencia en las organizaciones sociales, como los procesos de apropiación, integración y usos del medio ambiente tropical. Este intento de comprender la naturaleza y el clima tropical y sus efectos en la formación social brasileña llevó al autor a producir análisis y discursos geográficos. En esteesentido, el acercamiento al medio ambiente tropical se establece como conductor conceptual de otras categorías y discusiones, como raza y nación.

Palabras clave: Medio tropical. Discurso geográfico. Nación. Gilberto Freyre.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é analisar as leituras e abordagens acerca do “meio tropical” em relação às ideias de raça e nação presentes na obra *Casa Grande & Senzala* (1933), de Gilberto Freyre. Por toda sua trajetória, e em grande parte de seus livros, Freyre abordou e operacionalizou a ideia de meio tropical, ao buscar compreender tanto sua influência nas organizações sociais quanto os processos de apropriação, integração e usos do meio tropical — notadamente na realidade brasileira. Não por acaso, a certa altura de sua carreira, buscou criar uma ciência chamada tropicologia, posteriormente, luso-tropicologia (FREYRE, 2000; 2010), um “ramo de estudos” que buscou divulgar através dos “Seminários de Tropicologia”.

Nesse sentido, creio que uma análise acurada desse aspecto em sua obra, principalmente em *Casa Grande & Senzala*, nos apresente outros horizontes interpretativos de suas teorizações. A abordagem sobre o meio tropical não é um mero apêndice nos escritos de Freyre, é significativa a ponto de se estabelecer como condutor conceitual de outras categorias ou discussões (como de raça, arquitetura, nação, sexualidade, etc.). Busco analisar esse tema a partir de um viés geográfico, ao prescrutar quais as ressonâncias das teorias e discussões que enfatizavam a “relação homem-meio” em Freyre, na primeira metade do século XX, quando esse debate estava em voga. Quais são suas referências? Quais são os seus posicionamentos sobre a influência do “meio físico” nas subjetividades e instituições sociais? Que componentes e dispositivos conceituais articulou em suas leituras sobre o meio?

Alguns analistas notaram a presença e importância do meio no pensamento de Freyre. Araújo (1994) salienta a importância do “meio físico” no projeto teórico freyriano como um todo, o que, inclusive, condiciona sua leitura de raça a partir de uma interpretação com viés “neolamarckiano”. Bastos (2006), da mesma forma, destaca no pensamento freyriano a

articulação entre as categorias “patriarcalismo”, “etnia/cultura” e o “meio tropical”, o que constitui uma unicidade explicativa em sua obra, segundo a autora. Andrade (2002) evidencia a trajetória das discussões sobre o “regionalismo” e a “tropicologia” no pensamento freyriano, ao demonstrar suas contribuições para o pensamento geográfico no Brasil. No entanto, uma das interpretações mais elaboradas sobre a presença dos trópicos em Freyre é a de Tavolaro (2013, p. 286), que nota a “dimensão mesológica” como um aspecto crucial e uma peça-chave para afirmação da singularidade da modernidade brasileira – frente às formações sociais do Norte –, algo que se fixa como “catalisador de uma experiência social tida por inovadora e irreprodutível pelas sociedades europeias hegemônicas”. Assim, na visão do autor,

ao invés de presença residual, o meio físico é um aspecto bastante recorrente na interpretação freyreana. Em vez de mero cenário ou pano de fundo sobre o qual se manifestariam e se desdobrariam exclusivamente aspectos e fenômenos culturais, sociais e econômicos, o ambiente físico é tratado como um elemento ativo, capaz de conformar e moldar a experiência sociocultural brasileira (TAVOLARO, 2013, p. 294).

Ainda que esses autores, principalmente o último, tenham avançado no debate sobre as discussões do meio físico em Freyre, todos pecaram ao não compreender o conjunto de referências nas quais Freyre se ancorou para pensar o meio, em especial o meio tropical em suas primeiras obras, e por não traçarem o contexto de debates os quais Freyre participou em sua época. Isso envolve, por exemplo, compreender as discussões estrangeiras e nacionais sobre os efeitos ou não dos determinismos ambientais no desenvolvimento das sociedades. Esse foi um debate intenso na Europa durante o século XIX, com a ampliação do imperialismo e do colonialismo, cujo mote era: poderiam os europeus viver e se reproduzirem em meios naturais e climas distintos dos que existiam na Europa? (LIVINGSTONE, 1991; 1992; 2002).

Um primeiro aspecto a se chamar a atenção acerca disso, é a influência indireta de leituras geográficas em Freyre. Há interpretações que identificam na utilização da categoria meio, como utilizada pelo autor para interpretar a sociedade brasileira, uma contradição no que toca a sua afirmada ruptura com os determinismos naturais da geração de pensadores brasileiros anteriores à sua. No entanto, algo a se notar é que Franz Boas², a grande referência

² Franz Boas obteve sólida formação em Geografia e, como demonstram comentadores de sua obra, o estudo dessa disciplina não foi apenas um interesse passageiro, ele estava completamente imerso nos métodos, teorias e práticas da Geografia alemã à sua época (POWELL, 2015; KOELSCH, 2004). As experiências de campo, baseadas em pesquisa empírica, o convenceram de que as teorias do determinismo ambiental que dominavam a Geografia eram insustentáveis. É a partir desse entendimento que Boas começa a explorar a importância da “cultura e cognição” na formação das relações humano-ambiente. Isso ocorreu muito antes de sua mudança para a Antropologia (KOELSCH, 2004), o que significa que antes de trabalhar para remodelar a disciplina da

de Freyre, possuía formação básica em Geografia Física, o que se expressa inclusive em seus estudos sobre a cultura. Uma das principais referências de Boas, por exemplo, foi Friedrich Ratzel, um dos fundadores da Geografia Moderna por meio da proposta da “Antropogeografia” (POWELL, 2015; BOAS, 1887). Esse artigo não nos permite desenvolver esse assunto, mas, indiretamente, as leituras sobre o meio de Boas influenciaram Freyre em enxergar no meio tropical uma das bases constituidoras da sociedade brasileira.

Por outro lado, é interessante mencionar, como aponta Machado (1995), que o limiar do século XX no Brasil é marcado pela produção de “leituras geográficas” entre políticos, pensadores e intelectuais brasileiros, no que se refere a compreender a natureza do território e da população do país. O interessante é que as interpretações geográficas se encontravam entrelaçadas às leituras sociológicas sobre o Brasil, e assumiam posto privilegiado nas preocupações dos intelectuais sobre os rumos para o progresso e a modernização da nação. Freyre se encontra entre esses intelectuais. Há em sua obra a tentativa de compreender os efeitos da natureza em geral e do clima tropical em particular, na formação e organização social brasileira, o que gerou análises e discursos geográficos.

Além do mais, apesar do escritor pernambucano ser mobilizado com mais frequência no arcabouço das discussões realizadas no pensamento social brasileiro (com viés antropológico, sociológico e historiográfico), ele não é estranho ao pensamento geográfico e à Geografia, uma vez que foi utilizado amplamente por geógrafos que buscaram tratar da formação socioespacial brasileira (ou do povo brasileiro) dos anos 1940 aos 1970 (ADAS, 1976; AZEVEDO, 1975[1969]; RODRIGUES, 1970; CARVALHO; CASTRO, 1967; SANTOS, 1948).

O geógrafo que mais dialogou com Gilberto Freyre na contemporaneidade foi Andrade (1998; 1999; 2002). O autor vê em Freyre um dos “precursores da Geografia Brasileira”:

Gilberto Freyre, antropólogo de formação, iniciou as suas atividades na década de Vinte com a defesa da cultura regional, nordestina, desenvolvendo preocupações de ordem histórica e também ecológicas. Continuou os seus estudos com a “história da Sociedade Patriarcal”, salientando a grande importância da contribuição negra à formação da mesma (FREYRE, 1943). No livro seguinte (FREYRE, 1951), ele

Antropologia, ele já estava atuando para repensar os preceitos dominantes da Geografia - o que o colocava completamente fora de sintonia com o pensamento geográfico dominante de seu tempo. Do mesmo modo, a Antropologia, como era então praticada na Alemanha, era muito diferente da que Boas propôs nos Estados Unidos, na virada do século XX. Isso nos deixa crer que a sua versão da Antropologia possuía raízes marcadamente geográficas, facilmente perceptível em seu foco em conceitos como áreas culturais e sua crítica ao difusionismo. Não por acaso, Boas incluiu seu ensaio “*The Study of Geography*” como uma de suas principais obras no final de sua vida (KOELSCH, 2004, p. 18). Nitidamente, sua formação e experiência em Geografia tiveram um impacto profundo em seu pensamento e no de gerações de antropólogos culturais dos Estados Unidos que seguiram seus passos. Acredita-se que Freyre se insere aqui.

mostrou as transformações sofridas por esta sociedade com o desenvolvimento da vida urbana, mas dando ênfase às marcas deixadas pela mesma ao se desenvolver o sistema capitalista. Em um livro síntese, *Nordeste* (FREYRE, 1951), ele fez uma análise, ecologicamente muito comprometida, da forma de apropriação da terra pelo homem branco, do colonizador e dos colonizados com o meio em que viviam e onde desenvolviam raízes, desenvolveu o estudo sobre a civilização tropical e as formas de apropriação do trópico pelo homem branco (FREYRE, 1961). (ANDRADE, 1999, p. 24).

Contudo, Andrade focou nas obras freyrianas as interpretações sobre “região” e o Nordeste, bem como a já mencionada ideia de tropicologia, discussões notadamente presentes nas obras do Freyre quando maduro. Assim, fica de fora uma interpretação mais acurada sobre as concepções e referências de Freyre para compor uma teoria (geográfica) sobre a colonização portuguesa nos trópicos, algo presente sobretudo em sua primeira e principal obra, *Casa Grande & Senzala* (1933). Esse livro expressa justamente a tentativa de elaborar uma explicação da formação e da realidade brasileira.

No que se refere ao contexto nacional em que essa obra veio à luz, após elucbrações em torno da questão racial pautadas por uma ciência racialista marcada pelo desejo explícito das elites brasileiras de branqueamento da nação (SCHWARCZ, 1993), há uma virada na forma de olhar esse problema pelos homens de ciência no país na década de 1930. Como ressalta Ortiz (2005), o momento histórico influenciou consideravelmente nessa virada, pois diferente do período anterior, no qual a sociedade brasileira encontrava-se em transição, marcada por mudanças profundas (o fim da escravidão, formação da República, a constituição de uma *intelligentsia* nacional etc.), agora os rumos do “desenvolvimento” eram nítidos – e o próprio Estado os orientava. Além disso, nesse momento caem em relativo descrédito as teorias racialistas no Brasil, por notarem sua ineficácia na prática e insustentabilidade discursiva frente a realidade multirracial brasileira (SKIDMORE, 1976). Esses fatos levaram a abordar a questão não mais focando (ou desejando) a extinção de negros, indígenas e mestiços pela suposta mestiçagem branqueadora. Agora, reconhecendo a incontornável presença desses grupos na sociedade brasileira, passa-se a pensar o assunto a partir da assimilação deles pela miscigenação – o que não significa que o projeto de branqueamento não estivesse ainda em vigência, como advertem alguns autores (SANTOS, 2005; TELLES, 2004).

A obra *Casa Grande & Senzala* de Freyre é o marco desse novo momento nacional. Devemos destacar que, frente ao descrédito das teorias racialistas e a fixação de migrantes europeus com incentivo do Estado em algumas regiões do país, estava se constituindo um silêncio em torno da problemática racial (ANDREWS, 2003). Assim, Freyre trouxe novamente o assunto para cena, porém, desta vez com uma perspectiva mais otimista e

acomodável – diferente das anteriores, pautadas por ideias e discursos marcadamente racistas e pessimistas.

Apesar da ideia referente à existência de uma sociedade miscigenada no Brasil não ser originalmente de Freyre, quando *Casa Grande & Senzala* veio à luz, as condições sócio-históricas eram propícias ao tipo de leitura desenvolvida pelo autor (SANTOS, 2005; COSTA, 2006; TELLES, 2004). Ainda assim, deve-se reconhecer o fato dele ter reeditado as abordagens anteriores que viam negros, indígenas e mestiços como inferiores e um mal para a nação e, a partir de uma abordagem cultural, ressaltar justamente a contribuição e a influência desses sujeitos na formação da sociedade brasileira. Com *Casa Grande & Senzala* vemos uma virada na maneira de se interpretar e conceber as relações sociais no Brasil, pois ressignifica positivamente a miscigenação, tornando-a um aspecto fundante da nacionalidade brasileira. Freyre (2003, p. 367), em sua afirmação de que “todo brasileiro, mesmo o alvo, de cabelo louro, traz na alma, quando não na alma e no corpo [...] a sombra, ou pelo menos a pinta, do indígena ou do negro”, translada a mestiçagem dos corpos dos inferiores e subalternizados para o corpo e coração das elites nacionais – o que, inclusive, embaraça contestações sobre a influência negro-africana e indígena. Dessa forma, transformando a raça em cultura e o que era negativo e passageiro em (supostamente) positivo e permanente, a mestiçagem torna-se nacional a partir de Freyre.

A despeito de reeditar o debate sobre os problemas raciais brasileiros, a questão do meio permanece um impasse em Freyre. Da mesma forma que autores precedentes, Freyre também teve que enfrentar as ideias que enfatizavam o clima tropical como um enfraquecedor e degenerador da integridade mental e biológica dos seres humanos (CIRQUEIRA, 2016; 2018). A forma como encara esse tema em *Casa Grande & Senzala*, principalmente com a chave “relação homem-meio”, é bastante ambígua. Ao tempo que o determinismo do meio ou do clima é rigorosamente negado, é enfatizada a sua influência sobre sujeitos e organizações sociais – inclusive, a miscigenação é afirmada como um modo de adaptabilidade ao meio/clima. Daremos foco na maneira como o autor buscou resolver esse problema em *Casa Grande & Senzala*, ao utilizar leituras positivas sobre a participação de negros e indígenas no processo de formação nacional.

Dois aspectos influenciaram para a escolha do livro *Casa Grande & Senzala* (2003[1934]) para a análise. Primeiramente, essa é a obra mais difundida e polêmica do autor. A despeito de ter escrito várias outras obras e ao fato de que suas argumentações não fossem tão inéditas no pensamento social brasileiro, este livro foi tomado como referência pelo Estado Novo de Getúlio Vargas e pela *intelligentsia* brasileira, para legitimar discursos e

políticas nacionalistas. Essa confluência expressa os vínculos reativos entre teoria e realidade, nos quais o conhecimento é afetado pelo contexto espaço-temporal, tendo efeitos também constitutivos sobre ele. Como reflexo, essa obra se torna um ícone e se consolida como o principal escrito do autor, que permanece vivo nas discussões sobre o sentido e identidade da nação brasileira – a despeito dos problemas teóricos e exageros históricos. Ainda que durante sua vida Freyre tenha realizado considerações e correções desse livro, ele seguiu uma vida autônoma e chegou ao nosso presente ainda com muita força, robustecendo mitologias acerca do Brasil.

Do mesmo modo, como dito, uma vez que *Casa Grande & Senzala* está presente nas bibliografias de geógrafos dos anos de 1930 até 1970, compreender essa obra é importante para entendermos o próprio pensamento geográfico brasileiro, pois revela uma continuidade de debates que tocam os dilemas envolvendo o “meio natural” e o “povo” no Brasil, ao expressar a transição de uma leitura biologicista e determinista – na qual explicações sobre relações sociais eram buscadas na biologia – para uma leitura culturalista – em que as relações e classificações sociais passam a ser vistas como produções culturais. Geógrafos tiveram que, direta e indiretamente, dialogar com esse livro para criar o próprio campo de reflexão.

Por fim, realizo uma análise internalista das leituras geográficas produzidas por Freyre. A intenção é esquadrihar as principais referências e argumentações desse autor e os artifícios utilizados para articular e modular meio e raça em seu discurso, o que estava visivelmente projetado sobre a nação. Um dos pressupostos é que os esforços desse pensador para resolver o problema que envolvia a raça e o meio o levou a produzir um discurso geográfico, ainda que não tivesse afinidade com o campo geográfico no primeiro plano.

UMA ANATOMIA DE *CASA GRANDE & SENZALA*

Gilberto Freyre nasceu em 1900, no Recife. Tanto por parte de pai quanto de mãe, descende de famílias abastadas e proprietários de terras de Pernambuco. Estudou no Colégio Americano de Recife e, por influência do diplomata e historiador Oliveira Lima, se destinou para os Estados Unidos, onde cursou a graduação na Baylor College, no interior do Texas e, posteriormente, o mestrado na Universidade de Columbia. Foi nessa última universidade que o pensador pernambucano tomou aulas com o antropólogo Franz Boas, quem, com sua “antropologia cultural” questionava as determinações da raça e do meio sobre o desenvolvimento dos povos em detrimento de fatores culturais – o influenciou o profundamente.

Essa estada fora do país, não somente no que toca o que Freyre aprendeu nas universidades estadunidenses, foi extremamente importante para a definição dos objetivos teóricos de se buscar compreender o Brasil (CARDOSO, 2004). Além do mais, as relações raciais que assistiu e, de alguma forma, experienciou nos Estados Unidos, lhe serviram de base e referência comparativas pelo resto de sua vida para tratar das relações raciais presentes na sociedade brasileira (SKIDMORE, 2003).

De volta ao Brasil, no final da década de 1920, Freyre participa como um dos principais representantes do Movimento Regionalista do Nordeste, para o qual escreve, em 1926, o manifesto fundador. Diferente do modernismo fundado em São Paulo, essa vertente do modernismo, desenvolvido numa região ainda pouco industrializada e urbanizada, valorizava mais a tradição e nutria certa hostilidade pelo cosmopolitismo e modernidade capitalista (REIS, 2007; RICUPERO, 2011; SKIDMORE, 2003). É envolto nesse movimento e no exílio vivenciado em Portugal e, posteriormente, nos Estados Unidos, como professor de Stanford, quando da Revolução de 1930, que se dá a escrita e a publicação de seu primeiro e mais famoso livro, *Casa Grande & Senzala* (1933). Convergem para o feito dessa obra, tanto um clima de renovação política no país, quanto a própria conjuntura de experiências no exterior que viveu o autor.

Ainda que *Casa Grande & Senzala* fosse um livro realmente “inovador, excepcional e envolvente”, na maneira como trouxe um conjunto de novas e complexas teorias com um apelo nitidamente popular para interpretar o Brasil, certamente a conjuntura ampliou suas dimensões (COSTA E SILVA, 2009). O momento histórico que vivenciava o país e as medidas e iniciativas nacionalistas do governo Vargas, de alguma forma, ajudaram a projetar essa obra. Exemplos marcantes são a criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que tinha por atribuição proteger monumentos históricos, dos quais grande parte eram do período colonial. Isso se combinava perfeitamente com as preocupações e com as narrativas saudosistas presentes no discurso de Freyre. Do mesmo modo, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) passa a divulgar e valorizar manifestações da cultura popular, muitas de origem africana, como o samba e a capoeira. Essa virada, no que toca a valorização de práticas e manifestações de grupos tidos até então como inferiores, como negros e indígenas, é algo intrínseco à obra. Sem desconsiderar a audácia teórica de *Casa Grande & Senzala*, politicamente falando, esse livro surgiu no momento e no país certos (REIS, 2007).

Não se pode olvidar também que não eram novas essas ideias que afirmavam a identidade nacional brasileira como um composto da junção entre as três raças (o branco, o

indígena e o negro), o principal argumento de Freyre. Essa compreensão já havia emergido no Brasil Império, na primeira metade do século XIX, com o botânico e viajante Karl Philipp Von Martius e sua monografia “Como se deve escrever a história do Brasil” (1845) – preparada para o concurso sobre o melhor plano para uma escrita da história do Brasil, promovido pelo Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB). Contudo, o que se vê de inovador em Freyre é o sentido dado a essa “mistura”. Enquanto a maioria dos autores, principalmente do fim do século XIX, viam essa característica de nossa nacionalidade como algo negativo e um obstáculo para o desenvolvimento civilizacional e nacional, o autor pernambucano despende grandes esforços para demonstrar que a mestiçagem, nossa suposta característica nacional, era algo positivo e benigno.

Freyre não aceitava ser classificado como um “especialista” das ciências sociais (antropólogo, sociólogo ou historiador), sempre se apresentava como “escritor” ou “ensaísta”. Além disso, algo que é apontado por alguns autores, é o fato dele não se submeter a conceitos e ser um autor desajeitado à metodologias rígidas e estanques (REIS, 2007; SKIDMORE, 2003; RICUPERO, 2011). Progressista para a época, tomava como fontes de pesquisa histórica receitas culinárias, livros de etiqueta, fotografias, festas, expressões religiosas, brinquedos e brincadeiras infantis, cantigas de roda, histórias infantis, autobiografias, confissões individuais, diários íntimos, lendas, folclore etc. Em uma longa descrição, Reis (2007, p.52-55), concebe um retrato adequado da “metodologia” freyriana:

Freyre introduz na análise racionalmente conduzida uma forte quantidade de afetividade e subjetividade. É um texto de ciência social qualitativo, que incomoda a ciência social preocupada com a quantificação: ele conclui muito além dos dados que oferece [...] o que ele produziu foi uma espécie de auto-antropologia da cultura na qual nasceu, a nordestina-brasileira. Como um romancista, não se colocou fora do seu próprio objeto, já que este objeto faz parte da sua vida e consciência. Sua escrita é encarnada, comprometida; ela traz à expressão uma grande margem da história até então muda, não refletida e explicitada. Seu texto é científico e político. O seu estilo é oral, coloquial, como uma conversa informal entre o presente e o passado. Ele fala do Brasil a partir de dentro e não como de um objeto natural. Seu pertencimento ao seu objeto dá ao seu texto uma impressão de autenticidade, de verdade imediata e interior. Ele parece ter uma visão do passado. Freyre parece experimentar o vivido que descreve [...] O misterioso, por ser familiar, o indizível, por ser íntimo, Freyre o revela e expressa. O Brasil colonial aparece vivo, revivido e em toda a sua complexa contrariedade. [...] Casa Grande & Senzala é como um “livro-onírico”, atravessado de associações, de deslocamentos, condensações e tropos diversos, fruto de uma profunda intuição-imaginação do Brasil [...] Ele propõe uma abordagem empática da realidade social, que lhe permitiu desenvolver uma história sociológica. Seu objetivo é alcançar a subjetividade, é apreender a vida em seu interior. Uma história política, psicológica, vitalista, dionisíaca e não intelectualista. Ele criou tipos reunindo elementos inconciliáveis [...] o passado é repostado no presente, como uma realidade viva que sustenta e contrasta com o presente [...] nas novas fontes e no novo olhar lançado por Freyre sobre o Brasil

colonial, o imaginário se mistura à realidade, e a realidade social ganha toda a sua densidade.

Contudo, essa metodologia “fluída” e, até certo ponto, “desorganizada”, em muitos momentos, gerou problemas de ordem analítica. Como aponta Skidmore (2003, p. 56), ao compará-lo com outros autores do período,

Freyre não ofereceu, por exemplo, o tipo de argumentação sistemática apresentada por Oliveira Vianna, o jurista historiador que escreveu sobre muitos dos temas de Freyre. Também não ofereceu uma análise tão direta quanto Sérgio Buarque de Holanda (em *Raízes do Brasil*) ou Caio Prado Júnior (em *Formação Contemporânea do Brasil*), duas outras interpretações históricas muito lidas.

De fato, ensaísta que era, organizou seu material à maneira de uma ficção, não se preocupou com a validade científica de muitas de suas argumentações e uma parte de suas afirmações – tidas como dadas – não foram comprovadas ou explicadas a fundo em *Casa Grande & Senzala*.

Nesse aspecto, o método desorganizado de Freyre era uma vantagem. Significava que os leitores podiam folhear o enorme volume à vontade, pegando pedacinhos individuais de conhecimento conforme liam. Não obstante a prodigiosa pesquisa feita para a obra, Casa-Grande parecia um livro de recortes, não um livro culto. A recusa de Freyre em seguir o formato acadêmico normal, na realidade, aumentou a sua acessibilidade ao leitor. Este resultado não foi por acidente. Foi o resultado direto da determinação ferrenha de Freyre de ser (e ser tratado como) um escritor, não um catedrático (SKIDMORE, 2003, p. 57).

Frente a isso, deve-se lembrar, mais uma vez, que a maioria dos leitores e as elites brasileiras estavam ávidas por mensagens otimistas sobre o futuro do país, independente dos meios ou caminhos tomados para se chegar a essas conclusões. Não importando se pelas predições racistas de branqueamento ou pela visão “harmoniosa” da miscigenação. De qualquer forma, a perspectiva de Freyre se hegemonizou e, um exemplo que reforça a ideia do momento histórico como oportuno para tais leituras, é o fato de que as alegações do escritor pernambucano ecoavam teorias já explicitadas. Independentemente de qualquer falta de rigor nos argumentos de sustentação, “Casa-grande foi escrito – e recebido – mais como manifesto do que como um trabalho acadêmico bem argumentado” (SKIDMORE, 2003, p. 56) e ocasionou agudos efeitos nos meandros da política e do imaginário social que atravessava a nação naquele momento.

Contudo, apesar dos “problemas” metodológicos, no que alude às referências utilizadas em *Casa Grande & Senzala*, a influência mais importante e marcante é a de Franz Boas. Ao questionar a ênfase demasiada das ciências sociais sobre as determinações da raça e do meio – quando estes deveriam ser compreendidos em função unicamente dos aspectos culturais dos grupos, esse autor e suas teorias representam toda uma virada no que concerne à

interpretação sobre os grupos humanos no início do século XX (CASTRO, 2004). Freyre havia assistido suas aulas em Columbia quando este se encontrava no auge de sua carreira como antropólogo, firmando-se como o mais prestigiado acadêmico a se contrapor ao racismo científico. O escritor absorveu, trouxe e aplicou no Brasil essa nova perspectiva. Em suas próprias palavras:

O professor Franz Boas é a figura de mestre de que me ficou até hoje maior impressão. Conheci-o nos meus primeiros dias em Colúmbia. Creio que nenhum estudante russo, dos românticos, do século XIX, preocupou-se mais intensamente pelos destinos da Rússia do que eu pelos do Brasil na fase em que conheci Boas. Era como se tudo dependesse de mim e dos de minha geração; da nossa maneira de resolver questões seculares. **E dos problemas brasileiros, nenhum que me inquietasse tanto como o da miscigenação(...)** Foi o estudo de antropologia sob a orientação do professor Boas que primeiro me revelou o negro e o mulato no seu justo valor – separados dos traços de raça os efeitos do ambiente ou da experiência cultural. **Aprendi a considerar fundamental a diferença entre raça e cultura; a discriminar entre os efeitos de relações puramente genéticas e as influências sociais, de herança cultural e de meio.** Neste critério de diferenciação fundamental entre raça e cultura assenta todo o plano deste ensaio. Também no da diferenciação entre hereditariedade de raça e hereditariedade de família (FREYRE, 2003, p. 31-32, grifo nosso).

Mais que isso, Freyre (2003, p. 381) assimilou de seu “mestre” a lição que “considera o fenômeno das diferenças mentais entre grupos humanos mais do ponto de vista da história cultural e do ambiente [social] de cada um do que da hereditariedade ou do meio geográfico puro”.

Entretanto, deve-se ressaltar que, diferente de Boas, para quem a categoria cultura substituiu a de raça, Freyre não abandona drasticamente a noção de raça – mesmo que ainda privilegie a cultura em suas abordagens. Ainda assim, a utilização dessa categoria está conectada a uma abordagem cujos “regimes de causalidade são imprecisos”³, na medida que, em muitos casos, indistintamente, o autor “mistura meio, raça e cultura” (REIS, 2007, p. 73).

Conquanto, como aponta Reis (2007, p. 74, grifo nosso), há uma originalidade na maneira como Freyre se utiliza da raça:

ele trabalharia com um conceito neolamarckiano de raça, que se baseia na aptidão dos seres humanos para se adaptarem às mais diferentes condições ambientais e para incorporarem e transmitirem as características adquiridas na interação com o meio. Nesta perspectiva, **o conceito de raça é histórico – uma cultura é um corpo marcado pelo meio geográfico. A raça é mais efeito do que causa. Há uma diversidade cultural e racial marcada pelo meio.**

³ Por exemplo, ao tratar do português no Brasil, “ora é o fator étnico, a mestiçagem, ora é a posição geográfica de Portugal, ora é a convivência/guerra entre portugueses e muçulmanos. O sucesso português no Brasil ora se deveu à sua etnia, ora ao clima, ora à tolerância cultural” (REIS, 2007, p. 74), ou seja, nem um dos fatores que dinamizam os processos sociais preponderam, mas se intercambiam no decorrer das interpretações em Casa Grande & Senzala.

Assim, como se nota, em sua obra também permanece uma leitura que percebe no “meio geográfico”, mais fortemente no clima, um agente condicionador da cultura e das relações sociais. A noção de meio utilizada por Freyre é a chave para se compreender a relação entre raça e cultura em *Casa Grande & Senzala*, para apreender, inclusive, a maneira ambígua como ele opera com essas duas categorias (ARAÚJO, 1994). Na medida em que Freyre se utiliza de uma noção neolamarkiana para pensar a conformação das diferenças humanas, raça e, conseqüentemente, cultura, surgiram a partir do processo de adaptação e aquisição de caracteres por efeito da ação do meio/clima, bem como, do “ambiente social”.

Tendo em vista esse cenário teórico, qual é concepção de nação brasileira de Freyre? O que o ensaísta traz de novo, que o torna diferente de todos os intérpretes que o precederam? Fundamentalmente, uma noção central desenvolvida em *Casa Grande & Senzala* é a ideia de “pares antagônicos” em harmonia (ARAÚJO, 1994; RICUPERO, 2011; REIS, 2007; SILVA, 2007). O Brasil seria marcado pelo “bambo equilíbrio dos antagonismos” (FREYRE, 2003, p. 67), o que correlacionaria, instavelmente, uma intrincada teia de relações, sujeitos e objetos. Nesse sentido,

considerada de modo geral, a formação brasileira tem sido, na verdade, (...) um **processo de equilíbrio de antagonismos**. Antagonismos de economia e de cultura. A cultura européia e a indígena. A européia e a africana. A africana e a indígena. A economia agrária e a pastoril. A agrária e a mineira. O católico e o herege. O jesuíta e o fazendeiro. O bandeirante e o senhor de engenho. O paulista e o emboaba. O pernambucano e o mascate. O grande proprietário e o pária. O bacharel e o analfabeto. Mas predominando sobre todos os antagonismos, o mais geral e o mais profundo: o senhor e o escravo. (FREYRE, 2003, p. 116)

Trazendo à tona a reunião de elementos inconciliáveis, Freyre buscou evidenciar que houve uma solução propriamente brasileira para o encontro de diferenças e padrões incompatíveis no Brasil. Se por um lado, como ressalta alguns de seus críticos, essa operação esvaziou as contradições e abafou os conflitos, por outro, apontou para uma totalidade sem síntese e a existência de contradições sem mediação. A partir dessa perspectiva, “no Brasil [de Freyre], teria havido um bem-sucedido ajustamento para um profundo desajustamento” (REIS, 2007, p. 52), e o principal agente desse processo foi o colonizador português. O genuíno brasileiro e o Brasil, assim, nasceram no/do complexo “antagônico-harmônico”, uma “espécie de fato social total”, formado pela “casa grande e a senzala” (COSTA E SILVA, 2009, p. 233).

Em *Casa Grande & Senzala*, Freyre realiza um forte elogio ao colono e à colonização portuguesa. O Brasil é visto como uma sociedade original e multirracial nos trópicos, por obra do gênio português. Devemos notar, frente a isso, como destacam Andrade (2002) e Costa e Silva (2009), que Freyre realiza uma guinada na maneira de interpretar “os povos”,

principalmente o português. Uma vertente antilusitanista do limiar do século XX enxergava os portugueses como europeus de segunda classe, pelos contatos que estes tiveram no passado com “africanos do norte”. Por Freyre, o português, de europeu inferior, é alçado à condição de mais bem-sucedido e próspero colonizador nos trópicos, ao ser valorizada precisamente a “impureza” desse colonizador. O argumento freyriano é que, a condição de sujeito indefinido entre Europa e África foi o que garantiu ao português uma maior capacidade de adaptação e criação de um “mundo nos trópicos”.

Freyre, em uma adesão incondicional ao projeto português de Brasil, ressalta que graças a “miscibilidade”, “adaptabilidade”, “aclimatabilidade”, “plasticidade” e “falta de orgulho de raça” do português, a colonização portuguesa foi a primeira europeia a criar uma “colônia de plantação”, caracterizada pela base agrícola e pela permanência do colono na terra; como “uma sociedade moderna constituída nos trópicos com características nacionais e qualidades de permanência” (FREYRE, 2003, p. 73). Do ponto de vista étnico e racial, o fato do português ser um “branco não puro” – ao mesmo tempo europeu e africano, é encarado como uma vantagem social e frente ao meio tropical. “Outros europeus, estes brancos, puros, dólico-louros habitantes de clima frio, ao primeiro contato com a América equatorial sucumbiriam ou perderiam a energia colonizadora, a tensão moral, a própria saúde física” (FREYRE, 2003, p.74), e mais, não se misturavam com a “gente de cor”. O português, por outro lado, por conta de seu *ethos*, venceu o clima, o solo e miscigenou-se, criando, inclusive, uma população mestiça plenamente “adaptada à geografia” (FREYRE, 2003).

No Brasil, houve o encontro, a intercomunicação e a fusão “harmoniosa” de tradições diversas de cultura; a cultura europeia (portuguesa) se pôs em contato com a indígena e africana. Em outros termos, na visão de Freyre, em *Casa Grande & Senzala*, o caráter plástico do português foi o segredo de sua vitória nos trópicos e o fez o “homem ideal” para a colonização tropical; essa sociedade multirracial e tropical foi possível, somente, por “aquelas felizes predisposições de raça, de mesologia e de cultura” dos portugueses (FREYRE, 2003, p.74).

AS RAÇAS E SEUS NÍVEIS DE ADAPTABILIDADE AOS TRÓPICOS

Uma operação difícil que o autor teve que realizar em *Casa Grande & Senzala* foi tirar a carga de negatividade sobre o indígena e, mais ainda, o negro e o mestiço. Quase um século de teorias raciológicas europeias vinham afirmando a inferioridade dos indígenas e do negro e a condição de degenerado dos sujeitos produtos da mistura entre raças distintas. Além do

mais, Freyre estava se contrapondo a homens de ciência de peso do Brasil à época. Ainda assim, o ensaísta pernambucano realiza uma operação simples mas, ao mesmo tempo, astuciosa e impactante: além de destacar a contribuição desses grupos para a formação da sociedade brasileira, Freyre traz e posiciona no corpo e *corpus* das elites brasileiras os subalternos. O negro, o indígena ou mesmo o mestiço, não estavam tão distantes quanto pensavam as nobres famílias brasileiras, eles formavam ou eram parte dessas famílias. Isso ficou celebrado na seguinte frase: “Todo brasileiro, mesmo o alvo, de cabelo louro, traz na alma, quando não na alma e no corpo – há muita gente de jenipapo ou mancha mongólica pelo Brasil – a sombra, ou pelo menos a pinta, do indígena ou do negro” (FREYRE, 2003, p. 367)

Ao tratar do caráter de cada ator social na formação brasileira, no que se refere primeiramente ao indígena, o autor não despende larga discussão, contudo, reverte a imagem do indígena inferior, selvagem ou decadente e enfatiza sua grande contribuição em termos de adaptabilidade ao ambiente, sem cair nos “exageros” do indianismo romântico (COSTA E SILVA, 2009). O que parece mais importante ao tratar do indígena – bem como para o negro e o português –, não é o nível de desenvolvimento, mas a capacidade de adaptação ao “mundo dos trópicos”, e nisso o indígena estava relativamente bem, na apreciação de Freyre.

Referente ao negro, o esforço retórico é maior. São gastos, por exemplo, dois capítulos para tratar desse grupo. Diferente da maioria dos autores precedentes, que viam a população negra como um ônus para a nação, Freyre aceita e valoriza este grupo no país. A princípio, por influência de Nabuco, pensa o negro separado da figura do escravo (COSTA E SILVA, 2009) e, na medida em que ele raciocinava o Brasil em termos de cultura e não de raça, enfatiza a influência negro-africana na organização familiar brasileira (REIS, 2007). Está exatamente na família o pilar central da economia colonial, na visão de Freyre. Em suas palavras, “na ternura, na mímica excessiva, no catolicismo em que se deliciam nossos sentidos, na música, no andar, na fala, no canto de ninar menino pequeno, em tudo que é expressão sincera de vida, trazemos quase todos a marca da influência negra” (FREYRE, 2003, p. 367).

Além do mais, o autor chega a afirmar que o negro-africano que foi trazido para cá não era qualquer negro. Provindos de “áreas de cultura negra mais adiantadas”, foram “um elemento ativo, criador e quase que se pode acrescentar nobre na colonização do Brasil”, inclusive era “superior [civilizacionalmente] ao indígena e até ao português” (FREYRE, 2003, p. 390). Como exemplo, são mencionados os “negros maometanos”, “de cultura superior não só à dos indígenas como à grande maioria dos colonos brancos - portugueses e filhos de

portugueses quase sem instrução nenhuma, analfabetos uns, semi-analfabetos na maior parte” (FREYRE, 2003, p. 381-382)⁴.

Do mesmo modo que os indígenas, os negros-africanos são apresentados como os mais adaptados – biológica e culturalmente – ao meio e clima tropical. Mais do que os indígenas e, de alguma forma, do que brancos portugueses. Estes, possuem uma “predisposição como que biológico e psíquico para a vida nos trópicos. Sua maior fertilidade nas regiões quentes. Seu gosto de sol. Sua energia [é] sempre fresca e nova quando em contato com a floresta tropical”. (FREYRE, 2003, p. 370).

Como expresso nas leituras freyrianas, negros e indígenas são um apêndice no processo de colonização portuguesa. Contudo, posto que o indígena “falhou no trabalho sedentário” (FREYRE, 2003, p. 323), o negro é apontado pelo autor como o principal auxiliar do branco-português nos trópicos, pois possui “vantagem sobre o índio principalmente por vir de condições de cultura superiores. Cultura já francamente agrícola” (FREYRE, 2003, p. 323). E, continua,

tais contrastes de disposição psíquica e de adaptação talvez biológica ao clima quente explica em parte ter sido o negro na América Portuguesa o maior e mais plástico colaborador do branco na obra de colonização agrária; o fato de haver até desempenhado entre os indígenas uma missão civilizadora no sentido europeizante (FREYRE, 2003, p. 372).

De maneira até irônica para o período, é expresso que mesmo com a presença negra e em razão dela, a colonização portuguesa deu certo.

Freyre, por fim, projeta no mestiço o “homem” que reuniria as características fundamentais para o desenvolvimento de uma sociedade nos trópicos. Deve-se frisar que, antes de Freyre, a mestiçagem era vista predominantemente de duas formas: como algo que geraria degeneração, esterilidade, retardamento; ou como dispositivo, passageiro, de branqueamento da sociedade (CIRQUEIRA, 2018). O autor, tendo isto em vista, propõe que a mestiçagem não só não estava relacionada com qualquer tipo de atraso, como representava um trunfo, aquilo que destacava o Brasil e o projetava acima das outras nações – em termos de potencial de desenvolvimento de uma sociedade mais equilibrada e melhor (COSTA E SILVA, 2009). Pensando esse processo sempre a partir do português, que já trazia em si um estado de ser “poroso”, “permeável” e “plástico”, a mestiçagem é apontada como o seu

⁴ Inclusive, a explicação de Freyre para a revolta que envolveu o “movimento malê da Bahia em 1835” é entendido como “um desabafo ou erupção de cultura adiantada, oprimida por outra, menos nobre [...] É que nas senzalas da Bahia de 1835 havia talvez maior número de gente sabendo ler e escrever do que no alto das casas-grandes” (FREYRE, 2003, p. 382).

principal feito, o que fez possível a colonização nos trópicos, ao colocar em equilíbrio os antagonismos e conflitos.

MEIO TROPICAL & COLONIZADOR PORTUGUÊS: ANTAGONISMOS EM EQUILÍBRIO

A ambiguidade parece ser algo próprio de *Casa Grande & Senzala*. Nessa obra, é articulado afeto e violência, proximidade e distância, casa grande e senzala. Freyre, como já aludido, navega profundamente no “equilíbrio dos antagonismos”. É nisso, creio, que parece residir a potência e a eficácia de seu discurso, que escapa a qualquer crítica que tente colocá-lo em binarismos ou numa lógica polar.

Ao observarmos a relação humano-meio presente nessa obra, isso não é diferente. O meio tropical e o colonizador português são vistos como pares antinômicos, os quais o autor busca associar e harmonizar. Seguindo esse raciocínio, no que diz respeito especificamente a influência do meio/clima tropical na formação ou degeneração das raças, Freyre é bastante dubio. Em algumas partes de seu texto, ele desautoriza as afirmações que enfatizam o determinismo do meio na constituição subjetiva e física dos sujeitos, pois as diferenças entre grupos são apreendidas a partir de uma perspectiva da “história cultural e do ambiente [social] de cada um do que da hereditariedade [biológica] ou do meio geográfico puro” (FREYRE, 2003, p. 381). Em outros momentos de seus escritos, no entanto, enfatiza a influência do “clima tropical” no favorecimento para que tenha “sido o negro na América Portuguesa o maior e mais plástico colaborador do branco na obra de colonização agrária” (FREYRE, 2003, p. 372); ou, nos “vícios [que] escorregava a meninice dos filhos do senhor de engenho; nos quais, um tanto por efeito do clima e muito em consequência das condições de vida criadas pelo sistema escravocrata, antecipou-se sempre a atividade sexual, através de práticas sadistas e bestiais.” (FREYRE, 2003, p. 455).

Em *Casa Grande & Senzala*, é despendido um conjunto considerável de argumentações para solucionar os dilemas que envolvem o determinismo geográfico, o que parece inconcluso ao final. Ainda assim, o escritor pernambucano busca solver a relação antagonista entre o meio tropical e o colonizador português e autenticar – enobrecer, de fato – a fixação e as ações dos portugueses nos trópicos.

À vista disso, para compreendermos como Freyre apreende e aborda a relação humano e meio, devemos não somente entender as suas referências teóricas, mas captar as intenções subjacentes em suas interpretações. Deve-se ter em mente que um dos objetivos do autor era

legitimar e dar um ar de triunfo ao processo de colonização portuguesa. É com essa intenção que, em alguns momentos em seu discurso, são deslocadas a dimensão racial e cultural para o meio/clima. Na medida em que uma das problemáticas centrais em *Casa Grande & Senzala* é a adaptabilidade dos negro-africanos, branco-portugueses e indígenas ao clima tropical brasileiro, o “meio físico” em alguns momentos se torna um dos protagonistas principais de sua interpretação, inclusive, com a função de deliberar e delinear a raça, a cultura e a sociedade.

Algo central nas argumentações de Freyre (2003, p. 77), por exemplo, é a ideia que qualifica os trópicos como um meio sublime e excessivo. Diferente dos outros aspectos que compõem a formação social brasileira que seguem a lógica do “equilíbrio”, não há em sua visão um meio-termo ou intermédio para o meio tropical ou para essa região no globo. Pelo contrário, tudo é extremo, descomedido e exagerado: “o solo [é] excelente ou péssimo, os rios [são] cheios ou secos”, e assim por diante. Os trópicos, são meios incessantemente marcados pelos “grandes excessos”, “grandes desequilíbrios”, “grandes deficiências”, o que transforma o ato de se estabelecer e habitar nesse meio em uma verdadeira – e quase que impossível – epopeia.

Apesar de Freyre não dialogar com o historiador inglês Henry Buckle (1858, p. 92-98)⁵, suas ideias são muito parecidas com as do autor que vê nos trópicos brasileiros uma “natureza indomável”. As semelhanças são muitas, como se pode perceber a seguir:

Tudo aqui [no mundo tropical que o português encontrou] era desequilíbrio. Grandes excessos e grandes deficiências, as da nova terra. O solo, excetuadas as manchas de terra preta ou roxa, de excepcional fertilidade, estava longe de ser o bom de se plantar nele tudo o que se quisesse, do entusiasmo do primeiro cronista. Em grande parte rebelde à disciplina agrícola. Áspero, intratável, impermeável. Os rios, outros inimigos da regularidade do esforço agrícola e da estabilidade da vida de família. Enchentes mortíferas e secas esterilizantes - tal o regime de suas águas. E pelas terras e matagais de tão difícil cultura como pelos rios quase impossíveis de ser aproveitados economicamente na lavoura, na indústria ou no transporte regular de produtos agrícolas – viveiros de larvas, multidões de insetos e de vermes nocivos ao homem. (FREYRE, 2003, p. 77)

Minha hipótese sobre a similaridade entre ambos se dá, por um lado, porque Freyre parte da mesma base de referências que Buckle para compor seus juízos sobre os trópicos. Ambos se utilizam de praticamente os mesmos autores – viajantes do século XVII e XVIII –

⁵ As ideias deterministas do historiador inglês Henry Buckle (1823-1862) tiveram grande ressonância e circularam intensamente junto dos pensadores brasileiros, entre o fim do século XIX e início do XX. Este autor afirmava, em seu livro *Introduction to the history of civilization in England* (1857), mesmo sem conhecer *in loco* o Brasil, que, por conta da exuberância e intensidade da sua natureza – algo que sempre prevaleceria sobre o “homem”, o país estaria fadado a viver em condições primitivas *ad infinitum* (CIRQUEIRA, 2015; 2016).

para caracterizar e interpretar a natureza brasileira como “indomável” e “desequilibrada”. Vê-se isso na seguinte citação:

para o conhecimento da história social do Brasil não há talvez fonte de informação mais segura que os livros de viagem de estrangeiros - impondo-se, entretanto, muita discriminação entre os autores superficiais ou viciados por preconceitos - os Thévet, os Expilly, os Debadie e os bons e honestos da marca de Léry, Hans Staden, Koster, Saint-Hilaire, Rendu, Spix, Martius, Burton, Tollenare, Gardner, Mawe, Maria Graham, Kidder, Fletcher. Destes me servi largamente, valendo-me de uma familiaridade com esse gênero não sei se digo de literatura - muitos são livros mal-escritos, porém deliciosos na sua candura quase infantil - que data dos meus dias de estudante (FREYRE, 2003, p.47-48).

Contudo, apesar das similaridades, ao caracterizarem o meio tropical como sublime, a intenção dos pensadores é completamente diferente. Enquanto Buckle o faz para realçar a impossibilidade do Brasil de se tornar uma civilização, Freyre enfatiza as condições adversas e quase insuperáveis dos trópicos para compor um efeito de audácia e valorizar o esforço do colonizador português. Como bem retrata Costa e Silva (2009, p. 230), a ocupação do meio tropical é dramatizada por Freyre e

tais circunstâncias adversas ressaltam a obra criadora e original dos colonizadores portugueses. De europeu de segunda categoria, o português passa a criador de valores civilizatórios. [...] Nesse sentido, os brasileiros não deveriam se sentir inferiores. Muito ao contrário, a experiência luso-brasileira fazia-se maior que a anglo-americana, já que o sucesso "fácil" da última ele atribui às condições naturais semelhantes às europeias.

Portanto, adjacente a essa assertiva do “meio tropical como excesso”, Freyre, estrategicamente, acata os pressupostos que julgam o clima temperado ou subtropical e os meios físicos que lhe subjazem como as localidades onde seria mais “fácil” se constituir uma civilização nos moldes da europeia, haja visto a condição “estável” e “equilibrada” desses meios/climas. “Contrastando o difícil triunfo lusitano no Brasil com o rápido e sensacional dos ingleses”, o autor destaca que o último se deu “naquela parte da América de clima estimulante, flora equilibrada, fauna antes auxiliar que inimiga do homem, condições agrícolas e geológicas favoráveis, onde hoje espande a formidável civilização dos Estados Unidos” (FREYRE, 2003, p. 78).

Algo novo na interpretação de Freyre acerca da existência ou não de climas ideais para o desenvolvimento de uma civilização ou de tipos raciais, é seu relativismo. Constantemente ele ressalta a contextualidade e especificidade que envolvem o tipo de clima com “temperaturas médias anuais de 56°F [13°C]” como o mais “favorável ao progresso econômico e à civilização à europeia” (FREYRE, 2003, p. 77). É como se o escritor quisesse denotar com essas afirmações que existem outros caminhos e processos civilizatórios que vão além dos trilhados pelos europeus, produtos de um “ambiente” (físico e social) específico.

Ademais, de alguma maneira utilizando-se das mesmas prerrogativas deterministas de pensadores europeus, ele fixa “os europeus” – e tudo que lhes é relativo – em um meio/clima mais adequado para seu desenvolvimento e ressalta que esse tipo de civilização e povo é inadequado fora desse ambiente. Nesse sentido, enquanto o clima tropical é perfeito para uma civilização brasileira, ou luso-brasileira, é pechoso e ruim para uma civilização de molde europeu.

Além do mais, é justamente por conta de um meio tropical de “excessos” e “deficiências” extremadas que Freyre (2003, p. 78, grifo nosso) julga fenomenal e digna de louvação a empreitada dos portugueses no Brasil, pois,

foi dentro de condições físicas assim adversas que se exerceu o esforço civilizador dos portugueses nos trópicos. Tivessem sido aquelas condições as fáceis e doces de que falam os panegiristas de nossa natureza e teriam razão os sociólogos e economistas que, contrastando o difícil triunfo lusitano no Brasil com o rápido e sensacional dos ingleses naquela parte da América de clima estimulante (...) que concluem pela superioridade do colonizador louro sobre o moreno.

Diante disso, alguns analistas de *Casa Grande & Senzala* chamam atenção para uma leitura neolamarckista de Freyre em torno da raça e da cultura (COSTA E SILVA, 2009; RICUPERO, 2011; ARAÚJO, 1994; REIS, 2007). O autor teria herdado essa perspectiva de Boas, quem, apesar de rejeitar o determinismo racial, concluindo pela predominância da cultura como condicionante do comportamento humano, continuou operando e considerando a influência exercida pelo meio (físico e social) sobre as sociedades.

Boas acreditava, por exemplo, na hereditariedade em linhagens de famílias, pois novas características biológicas adquiridas na interação com o meio podiam ser transmitidas para gerações posteriores, sucessivamente. Assim, é importante

notar que Gilberto Freyre usa Lamarck para desacreditar as teorias que defendiam diferenças inerentes entre as raças. O raciocínio é que se certos aspectos somatológicos podem mudar diante de novas condições ambientais, ficam desacreditados os critérios de diferenças essenciais e imutáveis e as demais raças. Ele cita inclusive as experiências de Franz Boas que apontavam para a mudança de estatura de imigrantes nos Estados Unidos (COSTA E SILVA, 2009, p.241).

Na medida em que Freyre interpreta raça e cultura com um viés neolamarckista, o meio é colocado no primeiro plano, pois, “baseando-se na ilimitada aptidão dos seres humanos para se adaptar às mais diferentes condições ambientais, enfatiza acima de tudo a sua capacidade de incorporar, transmitir e herdar as características adquiridas na sua - variada, discreta e localizada - interação com o meio físico” (ARAÚJO, 1994, p. 39). Não é por acaso que Freyre afirma, baseado em Spengler, que “uma raça não se transporta de um continente

para o outro; seria preciso que se transportasse com ela o meio físico” (FREYRE, 2003, p. 34). Ele entendia raça, bem como cultura, não como causas, mas como efeitos do meio⁶.

Mesmo que reconhecesse que os grupos humanos tivessem um limiar de ação sobre o meio pelos “recursos técnicos”⁷ e não expressasse – à primeira vista – hierarquizações na relação homem-meio, Freyre deixa grande margem para afirmarmos que ele cria na influência do meio, se não na subjetividade dos indivíduos, na conformação das estruturas sociais, uma vez que interferia em fatores de adaptação, como no funcionamento biológico dos sujeitos e na predisposição de recursos naturais e econômicos apropriáveis. Isso fica explícito quando Freyre (2003, p. 75) aponta que

Embora o clima já ninguém o considere o senhor-deus-todo-poderoso de antigamente, é impossível negar-se a influência que exerce na formação e no desenvolvimento das sociedades, senão direta, pelos efeitos imediatos sobre o homem, indireta pela sua relação com a produtividade da terra, com as fontes de nutrição, e com os recursos de exploração econômica acessíveis ao povoador

E ainda diz que,

estão meio desacreditadas as doenças tropicais. Não se nega, porém, que o clima, *per se* ou através de fatos sociais ou econômicos por ele condicionados, predisponha os habitantes dos países quentes a doenças raras ou desconhecidas nos países de clima frio. Que diminua-lhes a capacidade de trabalho. Que os excite aos crimes contra a pessoa. Do mesmo modo que parece demonstrado resistirem umas raças melhor do que outras a certas influências patogênicas peculiares, caráter ou intensidade, ao clima tropical (FREYRE, 2003, p. 75).

Ao realizar uma discussão sobre a aclimatabilidade dos grupos raciais, ao contrário do que se imaginaria, Freyre defende o posicionamento de que, nesse caso, o clima exerce influências do tipo degenerativo sobre as diferentes raças. É ressaltado que os “colonizadores

⁶ Apesar disso, alerta Araújo (1994, p. 40) que “essa concepção neolamarckiana conseguiu garantir consistência, estabilidade e sobretudo perenidade à cultura, mas esta garantia se baseava em um compromisso essencialmente biológico e, por conseguinte destoante, pelo menos até certo ponto, do estilo que caracterizava o mais puro legado de Boas, ao qual Gilberto sempre tentou se filiar. Contudo, é indispensável que nos lembremos que esse compromisso não implicava *necessariamente* nenhuma adesão a ideais marcados pelo evolucionismo ou pela hierarquia racial, como o monogenismo e o poligenismo, visto que, motivados pelo *milieu*, os grupos que dele derivavam não tinham nenhuma outra opção senão manter permanentemente um uso bastante peculiar, *simétrico e imparcial*, da ideia de diversidade.” Além disso, o autor apresenta uma tese que ressalta que a leitura “neolamarckiana de raça” conectada a “noção de meio ambiente” de Freyre, que atenua as ambiguidades e imprecisões em uma definição que, baseando-se na “ilimitada aptidão dos seres humanos para se adaptar às mais diferentes condições ambientais, enfatiza acima de tudo a sua capacidade de incorporar, transmitir e herdar as características adquiridas na sua — variada, discreta e localizada — interação com o meio físico” (ARAÚJO, 1994, p. 39).

⁷ “admitindo a tendência do meio físico e principalmente do bioquímico (*biochemical content*) no sentido de recriar à sua imagem os indivíduos que lhe cheguem de várias procedências, não se deve esquecer a ação dos recursos técnicos dos colonizadores em sentido contrário: no de impor ao meio formas e acessórios estranhos de cultura, que lhes permitem conservar-se o mais possível como raça ou cultura exótica” (FREYRE, 2003, p. 35). Contudo, continua o autor, “neste ensaio [...] o clima a considerar é o cru e quase todo-poderoso aqui encontrado pelo português em 1500: clima irregular, palustre, perturbador do sistema digestivo; clima na sua relação com o solo desfavorável ao homem agrícola e particularmente ao europeu, por não permitir nem a prática de sua lavoura tradicional regulada pelas quatro estações do ano nem a cultura vantajosa daquelas plantas alimentares a que ele estava desde há muitos séculos habituado.” (FREYRE, 2003, p.76).

do norte” da Europa, “vindos de clima frio” sofrem “graves perturbações de adaptação” e experimentam “profundas dificuldades de aclimação” nos trópicos (FREYRE, 2003, p. 72). O pensador segue na defesa de seu ponto de vista ressaltando que, apesar de alguns autores negarem “**ao clima tropical a tendência para produzir *per se* sobre o europeu do Norte efeitos de degeneração**”, há uma série de pesquisas, de acordo com o autor, que apresentam evidências de que o “nórdico” possui “fraca ou nenhuma aclimatabilidade nos trópicos” (FREYRE, 2003, p. 72, grifo nosso). Inclusive, neste ponto, para justificar sua afirmativa, coaduna com um de seus polemistas, Oliveira Vianna, ao mencionar seu livro *Raça e Assimilação*, quem

reuniu contra a pretendida capacidade de adaptação dos nórdicos aos climas tropicais o testemunho de alguns dos melhores especialistas modernos em assunto de climatologia e antropogeografia: Teyler, Glenn Trewarka, Huntington, Karl Sapper. Deste cita o sociólogo brasileiro expressivo juízo sobre os esforços colonizadores dos europeus do Norte nos trópicos: “os europeus do Norte não têm conseguido constituir, nos planaltos tropicais, senão estabelecimentos temporários. Eles têm tentado organizar, nestas regiões, uma sociedade permanente, de base agrícola, em que o colono viva do seu próprio trabalho manual; mas em todas essas tentativas têm fracassado” (VIANNA apud FREYRE, 2003, p. 72).

Do mesmo modo, Freyre se utiliza das alegações de Ellen Semple, presentes em *Influences of Geographic Environment* (1911):

Semple nega aos movimentos de população européia nas regiões tropicais da Ásia, Austrália, África e América, e americana nas Filipinas, o caráter de genuína expansão étnica: parece-lhe que até hoje a colonização européia e anglo-americana dos trópicos têm sido antes exploração econômica ou domínio político: a colonização do tipo que representam os 76 mil ingleses que dirigem por assim dizer de luvas e preservados de mais íntimo contato com os nativos por profiláticos de borracha os negócios comerciais e políticos da Índia. Abre Semple exceção para os portugueses que pela hibridização realizariam no Brasil obra de verdadeira colonização, vencendo a adversidade do clima (FREYRE, 2003, p. 75).

Freyre realiza essa manobra exatamente para acentuar suas afirmações sobre a “fácil aclimatabilidade” dos portugueses nos trópicos, pois, “ao contrário da aparente incapacidade dos nórdicos, é que os portugueses têm revelado tão notável aptidão para se aclimatarem em regiões tropicais”. Ainda, é ressaltado que os portugueses são beneficiados porque, por um lado, no que se refere as “condições físicas de solo e de temperatura, Portugal é antes África do que Europa. O chamado ‘clima português’ de [Emmanuel] de Martonne, único na Europa, é um clima aproximado do africano”. Isso propiciou o fato que, “estava assim o português predisposto pela sua mesma mesologia ao contato vitorioso com os trópicos” (FREYRE, 2003, p. 73).

Por outro lado, os processos de “aclimação” e “colonização” foram facilitados pela “miscibilidade” e “mobilidade” característica do colonizador português. “Miscibilidade” porque se mescla com as populações dos territórios dos quais se apropria,

diante do que torna-se difícil [...] distinguir o que seria aclimatabilidade de colonizador branco – já de si duvidoso na sua pureza étnica e na sua qualidade, antes convencional que genuína de europeu – da capacidade de mestiço, formado desde o primeiro momento pela união do adventício sem escrúpulos nem consciência de raça com mulheres da vigorosa gente da terra (FREYRE, 2003, p. 72-73).

Bem como, pela “mobilidade” herdada dos povos semitas do Norte da África – “móvel e adaptável como nenhum outro” (FREYRE, 2003, p. 69). Esse “foi um dos segredos da vitória portuguesa”, que permitiu, por exemplo, que um “Portugal quase sem gente”, “insignificante em número”, tenha conseguido colonizar com “seu resto de sangue e de cultura populações tão diversas e a tão grandes distâncias umas das outras: na Ásia, na África, na América, em numerosas ilhas e arquipélagos”. Em síntese, “a escassez de capital-homem, suprimiram-na os portugueses com extremos de mobilidade e miscibilidade” (FREYRE, 2003, p. 69-70).

Assim, conclui enfaticamente o autor:

de qualquer modo o certo é que os portugueses triunfaram onde outros europeus falharam: de formação portuguesa é a primeira sociedade moderna constituída nos trópicos com características nacionais e qualidades de permanência. Qualidades que no Brasil madrugaram, em vez de se retardarem como nas possessões tropicais de ingleses, franceses e holandeses.

Outros europeus, estes brancos, puros, dólico-louros habitantes de clima frio, ao primeiro contato com a América equatorial sucumbiriam ou perderiam a energia colonizadora, a tensão moral, a própria saúde física, mesmo a mais rija, como os puritanos colonizadores de Old Providence; os quais, da mesma fibra que os pioneiros da Nova Inglaterra, na ilha tropical se deixaram espapaçar em uns dissolutos e moleirões. (FREYRE, 2003, p. 73-74)

Freyre, de tal modo, antevê na “espontânea” adaptabilidade do português, tanto o favorecimento do caráter físico e biológico – de uma população “bicontinental” constituída por sangue europeu e africano e já relativamente adaptada a um clima similar ao tropical; quanto uma perspicaz tendência social e cultural de adaptabilidade, caracterizada pelas características “plásticas” e de “miscibilidade”, o que favorece a conformação de estruturas sociais mais abertas e assimiláveis.

É dessa perspectiva que provém as ideias freyrianas que, embora não considerem o clima “o senhor-deus-todo-poderoso”, ainda crê na influência que este exerce na constituição e no desenvolvimento das sociedades, direta e indireta. É nesses termos que Freyre dá a entender que o português encontrou quando chegou ao Brasil, um meio/clima “cru e quase todo-poderoso: clima irregular, palustre, perturbador do sistema digestivo; clima que, na sua relação com o solo, é desfavorável ao homem agrícola e particularmente ao europeu” (FREYRE, 2003, p. 76), mas que, “heroica” e “gloriosamente”, venceu as adversidades criando uma “civilização nos trópicos”.

É fundamental notar que não há de fato uma virada do determinismo racial e geográfico em Freyre, mas uma complexificação dessas noções, se assim podemos qualificar. Isso pode ser visto explicitamente na utilização da categoria raça e cultura, em que as distinções entre os efeitos das “relações genésicas”, as influências sociais, a herança cultural e de meio conhecem pontos altos e baixos, as vezes se sobrepondo em sua narrativa. O que ocorre também com a distinção entre o que é inato e o que é adquirido. O autor realmente traz uma leitura complexa, em alguns casos confusa, entre ideias deterministas (biológicas e geográficas) e um relativismo a partir da antropologia cultural de base boasiana.

Acerca disso, pode-se encontrar citações que se contrapõe em *Casa Grande & Senzala*, como as que seguem abaixo:

Foi o estudo de antropologia (...) [que demonstrou que muito do que se supõe] resultado de traços ou taras hereditárias preponderando sobre outras influências, deve-se antes associar à persistência, através de gerações, de condições econômicas e sociais favoráveis ou desfavoráveis ao desenvolvimento humano (FREYRE, 2003, p. 31-32).

Diante da possibilidade da transmissão de caracteres adquiridos, o meio, pelo seu físico e pela bioquímica, surge-nos com intensa capacidade de afetar a raça, modificando-lhe caracteres mentais que se tem pretendido ligar a somáticos (FREYRE, 2003, p. 410).

O que quero destacar é que, de qualquer forma, Freyre ressalta e sobreleva a singularidade do português e o projeta como o verdadeiro equilibrador dos antagonismos ou, ao menos, como o mediador e regulador do equilíbrio nos trópicos, pois é um povo “híbrido”, “plástico” e “ducto” que se coloca como fator decisivo para o sucesso da colonização e formação da sociedade brasileira nos trópicos.

Híbrida desde o início, a sociedade brasileira é de todas da América a que se constituiu mais harmoniosamente quanto às relações de raça: dentro de um ambiente de quase reciprocidade cultural que resultou no máximo de aproveitamento dos valores e experiências dos povos atrasados pelo adiantado; no máximo de contemporização da cultura advéncia com a nativa, da do conquistador com a do conquistado (FREYRE, 2003, p. 160).

Resumidamente, Freyre enxerga no português uma tendência para uma “plástica contemporização”, que envolve “mobilidade”, “miscibilidade” e “adaptabilidade” diante das dificuldades que lhes apresenta os trópicos. Somente um povo extremamente maleável poderia se dar e transpor aos “desequilíbrios”, “excessos” e “deficiências” do meio/clima tropical. Portugueses, pelo fato de serem mais “plásticos” que os europeus “nórdicos”, puderam se adaptar e se aclimatar facilmente ao meio/clima tropical.

É aqui, inclusive, que a casa grande, literalmente, é apresentada como “o ponto de apoio para a organização nacional” (FREYRE, 2003, p. 36). Esse objeto arquitetônico aparece como a materialização da aclimação pois, ajustada ao calor e à chuva tropical, é apresentado

como o artefato que mimetiza o português modificado nos trópicos, na verdade, o luso-brasileiro.

[A casa-grande é] uma imposição de formas europeias [...] ao meio tropical, [e] representou uma *contemporanização* com as novas condições de vida e de ambiente [...] não foi nenhuma reprodução das casas portuguesas, mas uma expressão nova, correspondendo ao nosso ambiente físico e a uma fase surpreendente, inesperada, do imperialismo português: sua atividade agrária e sedentária nos trópicos; seu patriarcalismo rural e escravocrata (FREYRE, 2003, p. 35).

A casa grande aparece como a expressão *sinequa non* da colonização portuguesa, uma vez que ela articula exatamente meio e raça e condensa o “sistema patriarcal de colonização portuguesa do Brasil” (FREYRE, 2003) que englobou aspectos sociais, econômicos e culturais. A casa grande expressa a própria fixação e sujeição aos trópicos do português, quem foi “habilmente” capaz de juntar raças distintas – e “antagônicas” - e, ao mesmo tempo, se adequar ao meio físico, por vezes, hostil.

A FORÇA DOS TRÓPICOS PREVALECE: O NEGRO COMO ELEMENTO CIVILIZADOR

Ainda que Freyre acreditasse que os portugueses fossem os catalisadores do processo de colonização nos trópicos, ele também evidencia que eles – bem como, os indígenas – não foram páreos, ao todo, para os trópicos tórridos. Mesmo que o português fosse o homem perfeito para a conformação de uma civilização nos trópicos, o autor ainda via o poder do meio/clima nessa região como soberano. Persistiam limites e inabilidades com esse habitat que o povo lusitano não conseguia superar. É nesse ponto que ingressam suas leituras sobre a importância do negro no processo de formação e constituição da sociedade brasileira.

Quando *Casa Grande & Senzala* veio à tona, na década de 1930, eram ainda hegemônicas as teorias ditas científicas que afirmavam e “comprovavam” a inferioridade do negro no Brasil. Essa população era vista, de forma unânime pelos “homens de ciência”, como um estorvo para o desenvolvimento da nação (SCHWARCZ, 1993). Freyre, tomando isso em conta, realiza uma manobra audaciosa que surtiu grande efeito. Primeiramente, ressalta que o negro-africano não é o “outro”, mas o “eu” nacional – pela mestiçagem biológica e cultural – e, indo além, enfatiza que a população negra foi a “peça” fundamental para a constituição da nação brasileira. Isso é dito por que o negro é “o verdadeiro filho dos trópicos; como o ungido do senhor para as regiões de sol forte”, por conseguinte, “o homem melhor integrado no clima e nas condições de vida brasileira” (FREYRE, 2003, p. 370).

Colocando em outros termos, a redenção do negro no discurso de Freyre ocorre pela sua adaptabilidade “psíquica e fisiológica” ao meio/clima tropical – no que, inclusive, supera o indígena em sua leitura. Referente a isso, e em tom conclusivo, profere o pensador: “uma vez no Brasil, os negros tornaram-se, em certo sentido, verdadeiros donos da terra” (FREYRE, 2003, p. 373).

Girando completamente a chave interpretativa dos teóricos racialistas que viam o negro como agente de perversão da sociedade brasileira, Freyre apresenta a população negro-africana – mediante sua “superior adaptabilidade” ao meio/clima e sua “sociabilidade plástica”, como “o agente civilizador” à serviço da europeização portuguesa. Isso fica evidente na citação seguinte:

Tais contrastes de disposição psíquica e de adaptação talvez biológica ao clima quente explicam em parte ter sido o negro na América portuguesa o maior e mais plástico colaborador do branco na obra de colonização agrária; o fato de haver até desempenhado entre os indígenas uma missão civilizadora no sentido europeizante (FREYRE, 2003, p. 372. grifo nosso)

Deve-se ressaltar que essas leituras de Freyre também não fogem da ambiguidade. É precisamente nos capítulos sobre a população negra que o autor exacerba suas análises sobre se haveria uma determinação do meio/clima ou do sistema social na índole dos sujeitos, ao focar principalmente na libido sexual. Ainda reconhecendo a existência de “perversões” na população brasileira, como motivador dessas depravações, ora é enfatizado a influência do clima, ora a do sistema escravista e, em alguns casos, ambos⁸. Contudo, também é necessário reconhecer que Freyre concentra todas as forças para afirmar que o grande depravador da sociedade brasileira é o “sistema de produção escravista”. A monocultura de latifúndio baseado na escravidão foi o grande “degenerador” da “fisionomia moral” dos sujeitos na sociedade brasileira – não a raça ou o meio. Isso criou os dois polos antagônicos principais no Brasil, o escravo e o senhor, segundo sua interpretação.

Confrontando-se os efeitos morais, ou antes, sociais, da monocultura e do sistema de trabalho escravo sobre a população brasileira, com os efeitos produzidos pelo mesmo sistema sobre população de raça diferente e em condições diversas de clima e de meio físico – nos Estados Unidos, por exemplo – **verifica-se a preponderância das causas econômicas e sociais – a técnica escravocrata de produção e o tipo patriarcal de família – sobre as influências de raça ou do clima (...)** no sul dos Estados Unidos, como em Cuba, a criança e a mulher sofreram passivamente, nas casas-grandes, as mesmas influências, não tanto do “clima”, nem da “simiesca lubricidade africana”, como do sistema de produção econômica e de organização

⁸ “Superexcitados sexuais foram antes estes senhores que as suas negras ou mulatas passivas. Mas nem eles: o ambiente de intoxicação sexual criou-o para todo o sistema econômico da monocultura e do trabalho escravo, em aliança secreta com o clima. O sistema econômico, porém, e seus efeitos sociais, em franca preponderância sobre a ação do clima.” (FREYRE, 2003, p. 457)

patriarcal da família, sofridos pelo menino e pela sinhá-dona, nos engenhos e nas fazendas do Brasil” (FREYRE, 2003, p. 460-461).

Do mesmo modo, por fim, Freyre também expressa a impossibilidade de se constituir uma sociedade nos trópicos com tão vasto território que não pelo “latifúndio monocultor”, o “escravismo” e a “poligamia”:

tenhamos a honestidade de reconhecer que só a colonização latifundiária e escravocrata teria sido capaz de resistir aos obstáculos enormes que se levantaram à civilização do Brasil pelo europeu – só a casa-grande e a senzala. O Senhor de engenho rico e o escravo capaz de esforço agrícola e a ele obrigado pelo regime do trabalho escravo [teriam conformado o Brasil] (FREYRE, 2003, p. 323).

Aqui se aventa a justificativa conservadora de Freyre, cujo mote é confirmar a constituição de um sistema social e ambiental extremamente violento – reconhecido por ele mesmo – para domar a mesologia tropical.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O meio/clima tropical é uma categoria central em *Casa Grande & Senzala* e, ainda que Freyre tenha sido inovador, é nas questões relativas ao meio/clima que ele converge com autores racialistas e pessimistas do limiar do século XX. Esses autores são unânimes em afirmar que a zona tropical é um meio “corruptor” e “degenerante” que influencia, em alguma medida, na estrutura e nos processos sociais. Independente da perspectiva, seja de um racialismo evolucionista-darwinista ou de um culturalismo racializado (como Freyre), as sociedades parecem ser condicionadas pelo meio tropical, cujo clima aparece com proeminência.

É justamente o pressuposto de que os trópicos são o meio “onipotente” que permite a Freyre afirmar: a superioridade e proficuidade dos portugueses nos trópicos em contraposição a colonização anglo-saxã do norte; valorizar e positivar a contribuição das populações negro-africanas na sociedade brasileira, pois que estes eram mais adaptados a esse meio; e, articulando esses aspectos, singularizar o processo civilizacional estabelecido no Brasil, uma vez que, em sua visão, seria impossível a existência de sociedades nos padrões europeus nos trópicos. Com essas proposições, o autor resolve um dos principais impasses das elites pensantes que buscavam mimetizar no Brasil uma sociedade espelhada nas europeias.

Deve-se ressaltar também que a miscigenação, a ideia motriz de *Casa Grande & Senzala*, é condicionada pelo meio/clima tropical. Ainda que seja ambíguo, além da ideia de que os portugueses já eram povos “misturados”, o que os deixavam mais abertos ao caldeamento com povos indígenas e africanos, o clima tropical parece ser o “tempero” a mais

no favorecimento dessa mistura. Ademais, a miscigenação, na visão de Freyre, compunha a tecnologia e o *modus operandi* da colonização portuguesa, pois além de propiciar o povoamento de uma vasta extensão territorial, gerava uma população mais afeita aos rigores do clima tropical.

Por fim, é importante ressaltar que as ideias de Freyre reproduziram e deixaram intocadas as desigualdades e as relações de poder imanentes à formação social brasileira. Se autores “germanistas” e “arianistas” do final do limiar do século XX, como Silvio Romero e Oliveira Vianna (CIRQUEIRA, 2016; 2018), exaltaram e se preocuparam com os “leucodérmicos louros”, “teutônicos”, “arianos”, “brancos do norte europeu” etc., criando todo um arcabouço analítico e teórico para legitimar a transmigração e assimilação desses grupos aos trópicos brasileiros, Freyre não foi diferente com os portugueses ou lusitanos. Tomando-se as devidas proporções, o autor despende grande parte de *Casa Grande & Senzala* para legitimar os portugueses como colonizadores ideais nos trópicos. A “tropicologia” ou “lusotropicologia” é o maior exemplo disso, pois é a “ciência” para entender, legitimar e exaltar a formação do homem “luso” nos trópicos, no Brasil (ANDRADE, 2002) e em outras colônias portuguesas. O que estava por traz de ambas as perspectivas, no entanto, era a obliteração das populações indígenas e negro-africana (FERREIRA, 2007), seja pelo branqueamento biológico ou pela assimilação cultural (apagamento das diferenças) em prol de um projeto societário lusocêntrico nos trópicos.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manoel C. Gilberto Freyre e o impactos dos anos 30. **Revista USP**, São Paulo, n. 38, p. 38-47, jun./ago., 1998.
- _____. **Gilberto Freyre e os Grandes Desafios do Século XX**. São Paulo: Vozes, 2002.
- _____. **O luso e o trópico**. São Paulo: É Realizações, 2010.
- _____. Raízes de Gilberto Freyre. In: KOSMINSKY, E V.; LÉPINE, C; PEIXOTO, F. A. **Gilberto em quatro tempo**. Bauru: EDUSC, 2003. p. 41-64.
- _____. Raízes nefastas do pensamento geográfico no brasil: meio, raça e nação em Oliveira Vianna (1920-1933). **Geosaberes**, Fortaleza, v. 9, n. 19, p. 1-21, set. 2018. Disponível em: <http://www.geosaberes.ufc.br/geosaberes/article/view/673>.
- _____. Tropical hermeneutics and the climatic imagination. **Geograph is cheZeitschrift**, [s.l], n. 90, p. 65-88, 2002.
- _____. **Novo mundo nos trópicos**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

_____. **The Geographical Tradition: episodes in the History of a Contested Enterprise.** Oxford: Blackwell, 1992.

ADAS, Melhem. **Estudos de Geografia do Brasil.** São Paulo: Moderna, 1976.

ANDRADE, Manoel Correia de. A construção da geografia brasileira. **Finisterra**, Lisboa, XXXIV, n. 67-68, p. 21-30, 1999.

ANDREWS, George Reid. **Negros e brancos em São Paulo (1888-1988).** Bauru: Edusc, 2003.

AZEVEDO, Aroldo de. **Geografia do Brasil: bases físicas, vida humana e vida econômica.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975.

BOAS, Franz. The Study of Geography. **Science**, Washington, DC, v. 9, v. 210, p. 137-141, 1887.

BUCKLE, Henry Thomas. **History of Civilization in England.** 2 ed. London: J.W. Parker and Son, 1858.

CARVALHO, Delgado de; CASTRO, Therezinha de. **Geografia Humana: política e econômica.** Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1963.

CIRQUEIRA, Diogo Marçal. A maldição de Cam: relação “homem-meio” e projeto de nação em Sívio Romero. **Terra Livre**, São Paulo, v. 1, n. 46, p.142-182, 2016.

COSTA E SILVA, Valéria Torres. **Modernidade nos trópicos: Gilberto Freyre e os Debates em torno do nacional.** Recife: Carpe Diem, 2009.

COSTA, Sérgio. **Dois Atlânticos: Teoria Social, Anti-racismo, Cosmopolitismo.** Belo Horizonte: UFMG, 2006.

FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala. Ed. 48. São Paulo: Companhia das letras, 2003.

KOELSCH, William A. Franz Boas, Geographer, and the Problem of Disciplinary Identity. **Journal of the History of Behavioral Sciences**, [s.l], v. 40, n. 1, p. 1-22, 2004.

LIVINGSTONE, David Noel. The moral discourse of climate: historical considerations on race, place, and virtue. **Journal of Historical Geography**, [s.l], v. 17, n. 4, p. 413-434, 1991.

MACHADO, Lia Osorio. Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a idéia de ordem (1870-1930). *In.*: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand, 1995. p. 309-353.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional.** São Paulo: Brasiliense, 2005.

POWELL, R. C. The study of geography? Franz Boas and his canonical returns. **Journal of Historical Geography**, [s.l], n. 49, p. 21-30, 2015.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Vanrhagem a FHC.** 9 ed. Rio de Janeiro:

FGV, 2007.

RICUPERO, Bernardo. **Sete lições sobre as interpretações do Brasil**. São Paulo: Alameda, 2011.

RODRIGUES, Luiz Melo. As etnias brasileiras. *In.*: AZEVEDO, Aroldo. **Brasil**: a terra e o homem. v. 2. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970. p. 159-197.

SANTOS, Gisleine Aparecida. dos. **A invenção do ser negro**: o percurso das idéias que naturalizaram a inferioridade dos negros. São Paulo/Rio de Janeiro: Educ; FAPESP; Pallas, 2005.

SANTOS, Milton de Almeida. **O povoamento da Bahia**: suas causas econômicas. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1948.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Denise Ferreira da. **Toward a Global Idea of Race**. Minnesota: University of Minnesota Press, 2007.

SKIDMORE, Thomas Elliot. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOUZA, Jessé. Gilberto Freyre e a singularidade cultural brasileira. **Tempo Social**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 69-100, 2000.

TAVOLARO, Sergio Barreira de Faria. Gilberto Freyre e nossa “Modernidade Tropical”: entre a originalidade e o desvio. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 15, n. 33, maio/ago. 2013, p. 282-317.

TELLES, Edward Eric. **Race in Another America**: the significance of Skin Color in Brazil. Princeton, NJ: Princeton UP, 2004.

Artigo recebido em: 27 de janeiro de 2023.

Artigo aceito em: 30 de agosto de 2023.

Artigo publicado em: 25 de setembro de 2023.